



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS



Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos bens a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui, depois de relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas da necessidade da contratação:

Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO e do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

Esta licitação, na modalidade Pregão, com Sistema de Registro de Preços, enquadra-se no inciso I do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, pois a logística de utilização dos materiais, por necessitar de paradas programadas no abastecimento de água, se torna viável com o fornecimento parcelado e frequente.

Intenção de Registro de Preço – IRP:

Em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória e do reduzido quantitativo de pessoal nas unidades demandantes para fins de gerenciamento da participação de outros órgãos no presente certame, optou-se pela não divulgação de IRP. Assim, conforme art. 31 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da



Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

Justificativa de reserva de cota de 5% (cinco) por cento:

Em atendimento ao disposto no inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitida a cota de 5% (cinco) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Esse percentual (aproximado em alguns itens) foi estabelecido em função da preservação da economia de escala, tendo em vista os maiores volumes praticados por grandes fornecedores, e em função da viabilidade na participação das empresas enquadradas nesta Lei. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Participação de Consórcios

A participação de consórcios não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios.

Participação de Sociedades Cooperativas

A participação de sociedades cooperativas será permitida, em atendimento à Lei nº 14.133/2021 e desde que as entidades atendam aos requisitos elencados nos incisos I a IV do art. 16 da mesma.

Subcontratação:

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação em virtude da homogeneidade dos itens a serem licitados. A composição dos equipamentos não apresenta componentes específicos que justificassem buscar fornecedores especializados a serem subcontratados.

Divulgação do Orçamento:

Orçamento público, justificado em virtude do disposto no Acórdão nº 1.502/2018 – TCU.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens:

Proporcionar uma maior competição entre as empresas, obtendo a melhor proposta para a administração pública.



Qualificação Técnica

Com vistas à qualificação técnica das licitantes será exigida apresentação de atestados que comprovem execução de no mínimo 30% de cada item. Justifica-se esse valor, pois está em conformidade com o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e dentro do limite estabelecido no mesmo dispositivo. Além disso, busca ampliar a concorrência, evitar eventuais direcionamentos e reduzir riscos de inexecução dos contratos.

Qualificação econômico-financeira

Com vistas à qualificação econômico-financeira das licitantes será exigido capital social mínimo de 10% , de acordo com previsto no §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e dentro do limite estabelecido no mesmo dispositivo. A escolha desse percentual visa reduzir riscos de inexecução dos contratos.

Critério de Julgamento:

Menor preço por item. Justifica-se de modo a buscar o melhor preço para a administração pública (princípio da economicidade), destacando que foi previsto/especificado as condições mínimas para garantir a qualidade dos itens fornecidos.

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,5%, valor que procura equilibrar a diferença entre os valores unitários e quantitativo dos diversos itens. A adoção desse percentual visa ainda dar celeridade no processo de arrematação.

Do Reajustamento de Preços

Será adotado o Índice de Preços ao Produtor - IPP/IBGE como índice de referência para aplicação de reajuste aos contratos. Justifica-se a adoção do índice devido a este refletir a variação do setor industrial ao qual estão inseridos os itens objeto dos contratos a serem firmados.

Sustentabilidade Ambiental:

Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Garantia do Objeto:

Visando atender aos objetivos da contratação pública e considerando o material empregado no processo construtivo dos equipamentos (RPVC/PRFV) e, ainda, com base nas condições de garantia



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

de fábrica oferecida pelos principais fornecedores desse mercado, será exigida garantia técnica de fábrica dos tubos de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de tempo de uso, a contar da data do recebimento definitivo do bem. Caso a licitante ofereça produto com garantia de fábrica superior ao exigido no edital, prevalecerá a garantia do fabricante, por ser mais vantajoso para a administração pública.

Garantia de Execução:

A presente licitação visa a formação de Sistema de Registros de Preços e não exigirá prestação de garantia de execução, sem prejuízo das sanções previstas em Lei para os casos de inexecução total ou parcial do objeto.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente.

Apresentação de amostras:

Para o escopo do fornecimento não é necessário à apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

Dos quantitativos a serem licitados:

Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).